

# **PERSISTÊNCIA DO PODER POLÍTICO E SEUS EFEITOS SOBRE AS INSTITUIÇÕES E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EVIDÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

**Alunos: Nicole Mendlewicz**

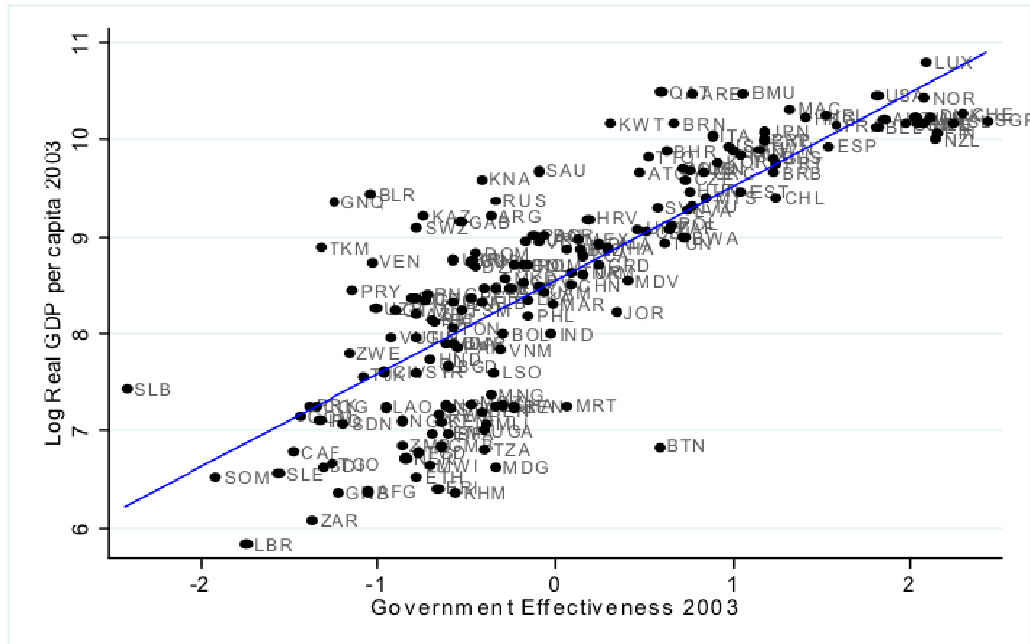
**Orientador: Claudio Ferraz**

## **Introdução**

Sabemos que instituições políticas e econômicas afetam o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Quando há um país com falta de democratização e instituições políticas que se reproduzem e persistem ao longo do tempo, é de se esperar que elas sejam possivelmente corruptas. Isso se deve ao fato de que independente se a governança for ineficiente ou corrupta, por causa da baixa concorrência política, o cenário é favorável para as elites se perpetuarem no poder. Há casos em que as elites políticas investem em mecanismos para reter seu poder, fazendo com que instituições e políticas ineficientes e corruptas persistam ao longo do tempo. Por conta da possibilidade das decisões das instituições seguirem seus próprios interesses e não o interesse coletivo, a permanência do poder político de uma região tem, portanto, grande influência sobre o desenvolvimento do país.

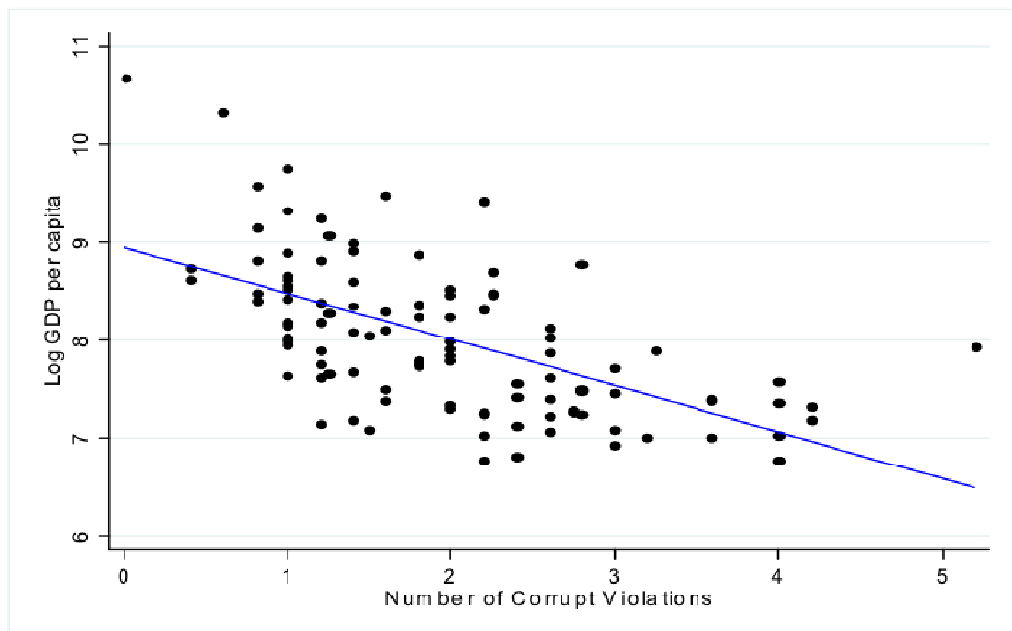
É importante ressaltar o porque estudos recentes vem tendo como foco usar a governança e o controle da corrupção para explicar um avanço econômico e social de uma região. Jean Marie Baland, Karl Ove Moene e James A. Robinson enfatizam em seu estudo, sobre governança e desenvolvimento, que isso se deve ao fato de que “países pobres são pobres porque são má governados e países que crescem ou são ricos são aqueles com uma melhor governança.” A boa governança seria uma combinação de instituições transparentes e responsáveis, com habilidades e competência e uma vontade de tomar a atitude correta – esses são os elementos necessários para um governo providenciar serviços, empregos e uma boa qualidade de vida para a sociedade eficientemente. Uma sociedade com instituições e políticas que criam incentivos para as pessoas investirem, trabalharem e estudarem seria a base para o desenvolvimento. Na prática, uma governança fraca está muitas vezes associada com corrupção, pois dentre outras características, essa pode incentivar as pessoas a usarem suas habilidades em práticas improdutivas. O que faz com que a sociedade sofra conseqüências, como salários mais baixos, pouco investimento e flutuações econômicas mais voláteis. Essa relação positiva entre uma boa governança e o controle da corrupção com o crescimento econômico pode ser visto graficamente:

Figure 2: Income and Government Effectiveness



No estudo de Ferraz e Finan sobre a persistência do poder político e o desenvolvimento econômico também é possível encontrar a relação negativa entre o número de violações corruptas por município no Brasil e a renda per capita municipal. O que nos leva a entender que quanto maior o nível de corrupção, menor o crescimento econômico do país:

Figure 7: Corruption and Income across Brazilian Municipalities



Entretanto, ainda que existem evidências empíricas e alguns estudos recentes sobre o assunto, a relação entre a persistência do poder político e níveis de corrupção e as suas conseqüências para o desenvolvimento econômico a longo-prazo, é pouco explorada. Levando isso em conta, procuramos buscar uma forma de medir níveis de corrupção para buscar uma relação com a persistência do poder político e a partir disso analisar suas conseqüências para o desenvolvimento e o crescimento do país.

## **Objetivo**

A variação do desenvolvimento econômico pode ser explicada através do caráter da governança e da existência de instituições corruptas. Por isso, procuramos realizar um estudo sobre a relação existente entre a persistência do poder político e níveis de corrupção e as conseqüências dessa relação para o desenvolvimento a longo prazo.

Pretendemos inicialmente encontrar uma forma de medir corrupção, dando ênfase ao período entre 1996 e 2008 nos municípios da costa brasileira. Usando as informações divulgadas no Tribunal de Contas da União, mostrando prefeitos em mandatos referentes aos anos de 1996 a 2008 para 2271 municípios brasileiros, buscamos o número, o valor e a razão de processos existentes contra cada prefeito. Assim, seremos capazes de construir uma medida de ações corruptas ou ilegais na região, para depois correlacionar os resultados encontrados com padrões de concentração e a persistência do poder político no Brasil.

## **Metodologia**

Inicialmente, para procurar nos familiarizarmos com a variação de formas usadas anteriormente para medir corrupção e em que conclusões podemos chegar sobre os seus efeitos, vimos estudos diferentes objetivando encontrar padrões de corrupção. Um estudo que se aproximou da nossa metodologia foi feito por Raymond Fisman e Roberta Gatti, nos Estados Unidos. Os pesquisadores analisam a influência da descentralização na corrupção, através da busca do número de funcionários públicos (federal – estadual – local) condenados em um estado por abuso do poder público.

Um outro estudo que foi extremamente útil para compreender como construir uma medida de corrupção foi o de Edward L. Glaeser e Raven E. Saks, que utiliza um conjunto de dados dos Estados Unidos sobre condenações de corrupções dos funcionários públicos com o objetivo de investigar as causas e as conseqüências da mesma. Alguns exemplos seriam entre os anos de 1990 e 2002, que procuradores federais teriam condenado mais de 10.000 funcionários do governo por atos corruptos, como conflitos de interesses, fraude, violação do financiamento de campanhas e obstrução da justiça.

Após nos familiarizarmos como estudos diferentes sobre o mesmo tempo, começamos a buscar uma forma de encontrar padrões de corrupção no Brasil. Utilizamos uma base de dados de 2271 municípios da costa brasileira com informações de prefeitos entre 1996 e 2008 divulgadas pelo Tribunal de Contas da União. Os dados apresentam o partido político, o nome completo, o CPF de cada prefeito durante os

mandatos de 1996, 2000 e 2004 em cada município. A partir disso, extraímos informações a respeito do número, da data e do valor dos processos pelos quais os prefeitos daquelas regiões foram intimados. Isto foi feito com os dados encontrados no CADICON e CADIRREG, onde se encontram cadastros de responsáveis com contas julgadas irregulares.

A seguir um pequeno exemplo da base de dados utilizada:

<b>cod_munic</b>	<b>município</b>	<b>ano</b>	<b>numero_eleito</b>	<b>nome_eleito</b>	<b>cpf_eleito</b>	<b>cod_uf</b>
230010	Abaiara	1996	41	FRANCISCO JOAQUIM SAMPAIO	(não recuperado)	23
230010	Abaiara	2000	41	FRANCISCO JOAQUIM SAMPAIO	22364536391	23
230010	Abaiara	2004	45	JOSE MOREIRA SAMPAIO	50322133300	23
230010	Abaiara	2008	45	FRANCISCO JOAQUIM SAMPAIO	22364536391	23

A partir dessa base de dados, fizemos uma busca para cada prefeito individualmente nos sites do CADICON e CADIRREG, para encontrar contas julgadas irregulares. Com as informações encontradas, foi possível montarmos uma nova base de dados contendo o número de processos contra cada prefeito, o valor julgado para pagar, a respeito de que era cada processo (áreas de infra-estrutura, educação, saúde, etc.) e as datas de início e final de cada processo.

A seguir um exemplo da base de dados construída:

<b>cod_munic</b>	<b>município</b>	<b>ano</b>	<b>numero_eleito</b>	<b>nome_eleito</b>	<b>cpf_eleito</b>	<b>cod_uf</b>	<b>num de processos</b>	<b>valor</b>	<b>depto</b>	<b>inicio</b>	<b>final</b>
230020	Acaraú	2008	13	PEDRO FONTELES DOS SANTOS	307829375	23	0				
230030	Acopiara	1996	12	FRANCISCO FELIPE DE ALMEIDA	6192530378	23	1	267475,06	infra estrutura	1999	2007
230030	Acopiara	2000	45	SHEILA REGINA ALBUQUERQUE DINIZ	22046950330	23	0				

Note que o número de processos referente a cada prefeito seria um indicio não só de contas irregulares, mas também de possíveis ações corruptas. Exemplos seriam, desvios de verba e criação de empresas “fantasma” para usar as verbas de seus projetos em benefício próprio.

Após, a coleta de dados será possível construir uma correlação entre os resultados encontrados de níveis de corrupção com resultados de pesquisas anteriores sobre a persistência do poder político no país. É esperado encontrar uma relação negativa entre essas duas variáveis e também quando analisando as consequências de longo prazo no desenvolvimento do país, é esperado que quanto maior o nível de corrupção e mais evidente a persistência das instituições políticas, menor o desenvolvimento e o crescimento econômico e social.

### **Conclusão**

Como ainda estamos nos processo de coleta e construção da base de dados, é possível dizer que a pesquisa ainda não foi concluída. Por esse motivo, não se pode esclarecer resultados sobre irregularidades na política brasileira e sua relação com a persistência do poder político e com desenvolvimento econômico de determinadas regiões do país.

Entretanto, é possível concluir que existe um evidente contingente de práticas julgadas irregulares em muitos municípios estudados durante o período de 1996 e 2008. Em certos municípios esse resultado é mais claro e para certos prefeitos esse resultado é recorrente durante mais de um mandato. Essa pode ser uma evidência de ações corruptas no país.

Como bolsista PIBIC, participei na coleta de dados referentes ao estudo, de forma a montar uma base de dados capaz de fornecer para o professor coordenador estatísticas suficientes para a construção de modelos gráficos e econométricos, possibilitando evidenciar no futuro uma relação entre as variáveis estudadas.

### **Referências**

FERRAZ, Claudio & FINAN, Frederico. Political Power Persistence and Economic Development: Evidence from Brazil's Regime Transition.

FISMAN, Raymond & GATTI, Roberta. Decentralization and corruption: Evidence from U.S. federal.

GLAESER, Edward L. & SAKS, Raven E. Corruption in America.

BALAND, Jean-Marie; MOENE, Karl Ove & ROBINSON, James A. Governance and Development